A solução monarchica

COMMENTARIOS POR

Alfredo Pimenta (M)

Edição e propriedade do auctor

[Coimbra : 1915?]

A solução monarchica

> On n'est pas obligé de réussir, on n'est pas obligé de faire concurrence aux procédés que se permet l'ambition vulgaire; on est obligé d'être sincère.
> Ernest Renan, La Réforme intellectuelle et morale, Préface, IV.

20, Outubro.

Não me decidi facilmente a escrever este opusculo. Elle representa, na minha vida de escriptor e de pensador, uma das minhas mais graves horas, e afirma perante a minha consciencia, a unica que em verdade vale, uma nobre victoria do meo espírito. Reconheço perfeitamente a gravidade do meo gesto, e meço-lhe, nesta hora de tristeza, todas as responsabilidades. Responsabilidades que aceito, a que não fujo, nellas me firmo para me dirigir a todos os portuguezes, quaisquer que sejam os seos partidos e as suas crenças, pedindo-lhes façam ou tentem fazer o que eu fiz: reflectir.

O meo espírito não retrocedeo, não parou, não se perverteo. O meo espírito, chegando ás conclusoens que vai formular, não fez mais do que seguir a linha logica, mathematicamente correcta que a visão das coisas, atravez a sua antiga disciplina philosophica, lhe indicou. Nem retrocedi, nem me desviei: Segui para a frente. Para atingir o logar em que me encontro, adoptei o processo do homem de sciencia dentro do seo laboratorio: puz de parte sympathias de ordem mental, inclinaçoens de ordem moral, conveniencias de natureza material, e esperei, friamente, o resultado frio da minha analyse. Pela segunda vez na minha vida, submetendo as conclusoens da minha inteligencia á imperiosa necessidade dos factos, me vi obrigado a reformar os meus pensamentos.

Não me decido num momento de incerteza e sobresalto.

Este minuto em que escrevo é tranquilo e maximamente consciente. Podessem todos os espíritos superiores da minha terra lograr encontrar a tranquilidade e a consciencia que estou sentindo, e grande parte dos perigos que nos aguardam se afastaria e nos pouparia.

Na plena posse da minha serenidade, livre de qualquer sugestão, tão profundamente concentrado como se estivesse confiando, na hora ultima da minha existencia, á inteligencia de Deus ou aos juizos da Historia, os meos mais intimos pensamentos; evocando tudo quanto de bello tive nos sacrificios do Passado e pensando no destino sagrado dos meos filhos; não esquecendo o que devo ao meo nome que é puro de macula, e o que devo ao respeito dos homens que em mim confiam — neste estado de espírito e de alma, a minha mão, serena e firme, escreve que a unica solução nacional da crise portugueza, compativel com o orgulho proprio de quem tem uma existencia de sete seculos e levou, atravez os mares e regioens desconhecidas, a Civilisação e a Belleza — é a solução monarchica, a restauração da Monarchia.

A falencia republicana não se oculta nem se disfarça. Revela-se-nos hora a hora, nos mais pequenos incidentes da nossa vida interna, como nas mais graves questoens da nossa vida internacional. A Republica mostrou não só que não sabia, o que já era mao, mas que era incapaz de aprender, o que é peior. O *gâchis* político, a decadencia administrativa, a crise da ordem são, hoje, incomparavelmente mais graves do que ha cinco annos. Os melhores ministros que temos tido, os mais competentes, foram monarchicos, e ainda hoje se não integraram em partido algum da Republica, ou deram a sua adhesão ostensiva e inequivoca ás instituiçoens vigentes. O pessoal republicano era pouco e

detestavel — á parte a meia duzia de excepçoens do estylo, incapazes de qualquer obra profícua dentro das dificuldades da engrenagem administrativa. A obra republicana synteti-sa-se numa palavra que queima como um ferro em brasa: miseria. Desde o problema da ordem, o primacial em todos os povos, até ao problema economico; desde o problema financeiro ao da defeza nacional; desde o problema colonial ao problema externo, só encontramos miseria. Desde 5 de outubro até á data, isto é, em cinco annos, já tivemos dez ministerios, com uma boa dose de recomposiçoens! Como symptoma de instabilidade governativa, não conheço na historia política da Europa coisa egual. Para um regime que nasceo, se não com o aplauso de toda a gente, com certeza com a esperança sincera do maior numero — não se pode desejar melhor para caracterizar a sua fallencia política. Externamente nem as simples manifestaçoens de cortezia que são de uso entre os chefes de Estado, nem essas nos afagam e contentam. Eleito Presidente da Republica o snr. Bernardino Machado, não chegou ao Paço de Belem um telegramma de Jorge v, rei da Inglaterra, a nossa alliada, nem de Poincaré, Presidente da França, a nossa amiga. Financeiramente, estamos a caminho de cincoenta mil contos de deficit, a que ninguem sabe como ha-de fazer frente, exausta como está a capacidade tributaria do cidadão. A ordem publica é uma ficção. Nos quarteis e nos navios, a disciplina inverteo-se. A atmosphera social da nação é o terror. O sentimento geral, a cobardia. A Republica encontrou *isto* mao em 5 de outubro. Mas só teve um proposito, em tudo quanto fez depois: peiorar. E n'isso, faça-se-lhe justiça, tem sido mestra. Onde se encontram os homens de Estado? Dezenas de vezes Guerra Junqueiro, sem me pedir segredo, me tem dito que a Republica não deo, já não se diz um estadista, mas a sombra de um estadista. Não é com sombras de estadistas que se governam povos como o nosso. Podem viver com sombras de estadistas, as pequeninas republicas ameri-

canas ou a Suissa. Mas Portugal, no flanco da Europa, apetecido, com um grande domínio colonial, não pode. Se com sombras de estadistas se não aguenta, como ha-de viver — se nem essas sombras tem? Esperar que os homens de Estado venham das geraçoens que se estão formando? Supondo-se que nos era possivel esperar, quem tem illuzoens sobre as tendencias politicas das geraçoens novas? Quem ha para ahi tão cego que as julgue dominadas pela superstição republicana? A falencia não se oculta nem se disfarça. Está ahi a exibir-se minuto a minuto...

O regime monarchico cahio em 5 de outubro, vencido.

Inumeras vezes demonstrou que não sabia defender-se, e, por ultimo, cedeo. Mas a Republica não cai vencida: cai, fallida. Não são os elementos monarchicos que estão cavando a ruina da Republica, á semelhança dos elementos republicanos que, ajudados pelas intrigas, despeitos, ambiçoens e loucuras dos monarchicos, cavaram a ruina da Monarchia. Não! É a propria Republica que se está inutilisando, que se está afastando, que se está matando. Em 5 de outubro, a monarchia morreo ás mãos dos republicanos. Mas, agora, os monarchicos não terão occasião de manchar no sangue da Republica as suas mãos, porque a Republica morre de morte propria, sem sangue e sem alento. A continuarmos assim muito tempo, um dia a gente acorda e encontra o Terreiro do Paço sem ministros, porque os que estavam vão fugindo, e não ha ninguem, dentro da Republica, que se atreva a ir para lá...

Este estado de coisas afunda a nação. Se arrastasse, na sua queda, os politicos profissionais só — acabou-se. Mas não. Esta falencia, a prolongar-se impunemente, arrasta a Nação inteira. O maior poeta portuguez, republicano, no telegramma de felicitaçoens que mandou ao actual Chefe do Estado, grita: — «Viva a Republica, mas para que viva Portugal!» — Este brado tem um reverso que cumpre formular: — «Viva Portugal, ainda que para isso tenha que morrer a Republica!» —

Ninguem, hoje, com superficial cultura sociologica faz depender a salvação de um paiz de uma determinada forma de governo. As formas de governo são ou não compativeis com as condiçoens da vida de um povo. Se são, este povo vive e triumpha. Se não são, este povo paralysa-se e morre. A Republica, em Portugal, mostrou-se incompativel com essas condiçoens. Ou Portugal se liberta da Republica e consegue viver, ou Portugal continua em Republica, e morre com ella. O Terreiro do Paço ainda não tem escriptos, mas lá chegaremos. E nesse dia, a Sedição e a Demencia cavarão a sepultura eterna deste paiz.

Ha que impedir que esse dia surja. E o unico processo de conseguirmos esse fim é restaurarmos a Monarchia.

*

O leitor está imaginando com que magoa e com que saudade, eu que sempre fui republicano e republicano sempre me conheci, desde que entrei na idade da consciencia legitima, escrevo, a respeito do meo paiz, que a sua salvação está na Monarchia. Eu fui desinteressadamente republicano. Mais desinteressadamente mesmo do que é licito a um homem nas minhas condiçoens. Da Republica não recebi nem proveitos nem honras. Tudo o que tinha lhe dei. E della nada recebi.

Não quero fallar de mim. Mas permita-se-me que reproduza uma phrase que sintetisa a minha situação perante a Republica, e toda a gente verá que eu posso fallar como fallo, escrever como escrevo, de cabeça erguida, senhor do meo orgulho. Não ha muito tempo, no consultorio do snr. Antonio José d'Almeida, deante de quem quiz ouvir, Guerra Junqueiro, voltando-se para mim, disse estas palavras textuais: « a sua vida é uma infamia republicana! » Junqueiro conhece a minha vida como eu proprio. Um homem de quem outro homem como Junqueiro, diz o que ahi fica reproduzido, pode passar, sem receio de ninguem,

Porisso, eu passo, absolutamente indiferente ás pedradas dos garotos mais ou menos doutores, sem medo algum das navalhadas miseraveis dos imbecis... Mas, neste momento, magoadamente escrevo. E magoadamente escrevo, porque deixo ficar atraz de mim uma terna amisade, amisade de muitos annos, e em cuja companhia eu desejaria atravessar a vida inteira. Essa, a mais querida de todas, porque prende a ternura do meo coração e a admiração do meo espirito, essa custa-me bem a abandonal-a, porque muito lhe quiz. Refiro-me a Guerra Junqueiro. Elle fica ainda republicano, na illusão republicana, e entre nós não poderá, agora, continuar aquella harmonia espiritual que nas regioens da politica, sempre tivemos. Outras amisades me ficam pelo caminho, mas esta é particularmente querida ao meo coração e ao meo espirito.

Mas é preciso que eu marche, que eu siga o meo destino, o destino que o conhecimento das coisas do meo paiz me impõe, sem me embaraçar em episodios affectivos...

De resto, consola-me a certeza de que sou sincero, e de que ainda tenho bastante fortalecido o meo espirito scientifico, para ceder das minhas velhas opinioens perante a indicação dos factos. Estes cinco annos de experiencia republicana, efectuada aqui, directamente, sob os meos olhos, vieram ensinar-me que o principio republicano é inferior ao principio monarchico, e fazer-me comprehender e atingir a verdade d'aquella passagem de Renan (*ob. cit.* 45): «Il est incontestable que, s'il fallait s'en tenir à un moyen de sélection unique, la naissance vaudrait mieux que l'élection. Le hasard de la naissance est moindre que le hasard du scrutin». Não façamos metaphisica. Mesmo dentro della, o principio monarchico vence, porque eu não conheço resposta alguma de geito a dar a Baldesar Castiglione, quando este põe na bocca de Ottaviano Fregoso (*Il Cortegiano,* libro quarto, cap. XXI, pag. 431 da edição de Firenze, 1910) estas palavras firmes e justas: «Dei modi di governar bene i populi tre sorti sola-

mente si ritroverano: l'una è il regno: l'altra il governo dei boni, che chiamavano gli antichi ottimati; l'altra l'amministrazione popolare». Depois conta como cada um destes governos tem o seo perigo: o primeiro, a tirannia; o segundo, a oligarchia: o terceiro, a anarchia. E conclue: «Di questi tre governi mali certo è che la tirannide è il pessimo di tutti, come per molte ragioni si poria provare; resta adunque che dei tre boni il regno sia l'ottimo, perché è contrario al pessimo: ché, come sapete, gli effetti delle cause contrarie sono essi ancora tra sé contrarii». Mas não façamos metaphisica. Fiquemo-nos em terra solida, lidando com os factos, com as liçoens da Historia, com as liçoens da Experiencia, com o que vemos, ha cinco annos, entre nós, com o espectaculo que na presente guerra, nos dá a França. Mesmo eu não estou escrevendo uma monographia de sociologia abstracta; o meo fim é servir a causa nacional, realistamente, no campo das relatividades e das possibilidades. Ora os symptomas de todas as horas dão-nos a certeza de que a Nação não quer a Republica. A Nação está farta da Republica. Ha que dar á nação outro regime: ha que dar-lhe uma solução, no problema politico. A Republica morre á mingoa de quem, utilmente, a sirva. Não tem financeiros, nem economistas, nem professores, nem diplomatas, nem estadistas, nem generais — que constituam um corpo de élite capaz de prestigiar um regime, e resolva os graves problemas da hora presente. Procurar encontrar qualquer coisa disso nos antigos monarchicos, é apenas illudir, lançar um pouco de poeira nos olhos, e preparar um balão de oxigenio que sustente mais uns minutos a artificial existencia de um quasi-cadaver. Se o regime republicano fosse possivel em Portugal, o governo Pimenta de Castro ainda hoje era governo. Mas não é possivel, porque verdadeiramente em Portugal não ha republicanos: ha anarchistas, no mao sentido da palavra. Alguns milhares de creaturas inimigas da ordem, da disciplina, da hierarchia —

eis o que constitue a massa republicana, a unica que dá leis e caracter ao regime. Deante dessas creaturas, está o resto da nação, sem côr politica, mas querendo ordem, socego, disciplina, para que o seo trabalho seja util e a sua economia se não depaupere. Quando a Republica se proclamou, esta parte da Nação esperou confiada. Hoje, ao fim de 5 annos de tripudio, de bambachata demagogica, esta parte da Nação espera que a monarchia se restabeleça. Em 5 de outubro, estavamos mal. Mas hoje, estamos incomparavelmente peior. E como do mal o menos, antes o pouco bem de 5 de outubro, do que o pessimo de hoje. Isto assim não pode durar. E não dura. Nós não vivemos, porque isto não é vida. Isto é o caminho desvairado para o abysmo, é a corrida cega e furiosa e demente para o cahos. Que os snrs. republicanos se percam, isso é com elles. Mas não arrastem na sua demencia, a Nação. Não sei que mais admirar n'elles: se a inconsciencia, se a maldade — na mentira. Elles sabem que estão cavando a ruina da Patria — na melhor das hypoteses, por incompetencia. E teimam! E teimam! E teimam!

E mentem!

O descaramento, o impudor, o atrevimento, a frieza com que os dirigentes republicanos mentem ao povo é das coisas mais aterradoras (e mais significativas) que conheço. Dizem-lhe hoje que é branco, e dizem-lhe amanhã que é preto, com a mesma semcerimonia, a mesma falta de escrupulo, com que lhe disseram hontem que era azul e lhe dizem depois de amanhã que é vermelho.

É pois um paiz anarchisado nas suas espheras dirigentes, pervertido nas populaçoens das grandes cidades. O que ainda resta de sundavel e de digno de salvação é a Provincia, e, nas grandes cidades, certa camada pacifica e limpa que forma a minoria delicada e representativa das aspiraçoens legítimas do Paiz. Até agora, temos ido a reboque da loucura dos outros. É preciso reagir e resistir.

E porquê?

*

A questão externa, hoje, é mais importante para a nossa existencia como nacionalidade, do que a questão interna. A guerra europeia, cujo desenlace se aproxima galopantemente e num sentido que já não é muito dificil de prever, vai, na sua solução, afectar-nos, grandemente. Temos aqui ao lado a impaciencia hespanhola, não de nos conquistar ou de nos absorver, mas de se entender comnosco, para seo benefício. Com a Republica, não se entende, não quer entender-se, não tanto por ser Republica, mas ser a Republica que é. Já o ser Republica a dispoz muito mal, e isso comprehende-se, pois maus visinhos são sempre importunos. E para a Hespanha monarchica, uma nação republicana não pode deixar de ser má visinha. Mas emfim, tendo nós muito juiso, provando que tomaramos chá em pequenos, demonstrando que eramos um povo civilisado e progressivo que fizeramos a Republica por patriotismo e não por ambição, por amor ao paiz e não por amor á meza do orçamento — a Hespanha iria contemporisando e ir-se-hia habituando, talvez um pouco ralada por não lhe darmos pretexto a más vontades, mas aceitando os factos tal como elles se lhe apresentavam. Mas nós nada disso fizemos. Temos vivido como ebrios ou como selvagens. D'ahi, a ambição hespanhola a espreitar-nos e a preparar a occasião para dar o salto. Disse e repito: não para nos conquistar ou absorver, mas para se entender comnosco — em seo proveito. A conquista portugueza seria uma operação tão dolorosa e tão cheia de dificuldades e de contratempos e de sacrificios, que a Hespanha não se mete n'uma aventura dessas; mas aproveitar o desanimo da Nação, o seo fastio, o seo tedio, o seu horror á demagogia e á horda que nos governa; repetir o que já na historia portugueza se tem feito, e, assim, realisar inteiramente o que inequivocamente esboçou por occasião do 14 de maio; apresentar-se como

libertadora da consciencia portugueza, mantenedora da ordem, restabelecendo a disciplina — e impondo um rei, não se me afigura terror doentio de pessimista. Ou isso ou coisa parecida nos espera para depois da guerra, se não dermos, todos nós os que somos incompativeis com o bando de barbaros que estão nas espheras do Poder, prova evidente de que somos capazes de fazer o preciso para apearmos os barbaros, e o não realisarmos decisivamente, firmemente.

A crise portugueza tem uma solução inevitavel. Ou a damos nós, ou alguem a dará por nós.

Estou fallando e estou escrevendo, porque só de pensar que alguem a possa dar por nós, as faces se me tingem de vergonha e revolta. Estou fallando e estou escrevendo, para que sejamos nós quem dê essa solução á crise portugueza; para que sejamos nós quem impeça que outros resolvam a crise portugueza; para que sejamos nós quem salve a honra da nação!

A solução da crise portugueza é inevitavel. Ou a damos nós ou alguem a dará por nós...

Na Republica não se encontra essa solução. Foi a Republica que provocou a crise. A Republica a alastrou. A Republica a agravou. A Republica foge de a resolver. Só a encontramos fóra da Republica. E como só ha dois regimens políticos — monarchias e republicas —, se nós queremos que a crise portugueza seja resolvida por nós, proclamemos, depressa, a Monarchia.

Não ha, no povo portuguez, nervos que vibrem deante da perspectiva do estrangeiro intervindo nos nossos negocios? Não ha brio patriotico? Não ha orgulho nacional? Então deixemo-nos ficar, tranquilamente aguardando os acontecimentos.

Mas eu cumpro o meo dever. E o meo dever, o dever sagrado que me reconheço é gritar até ao ultimo segundo, — que nos salvemos, emquanto é tempo, que nos resgatemos, emquanto é tempo, que firmemos o nosso direito á existencia, emquanto é tempo.

Ninguem me ouve?
Ninguem me ajuda?
Ninguem me segue?
Assim será; mas a minha consciencia fica socegada, e sobre o meo nome não se escreverá uma palavra de ultraje.

Quem pode duvidar do que eu afirmo, conhecendo, ainda que pela rama, o estado geral da politica europeia, o que se tem dito das nossas relaçoens com a Hespanha, o que está sendo a nossa vida interna, e a situação em que nos encontramos perante as outras naçoens da Europa?

A Belgica era um paiz independente por determinação expressa de um tratado assignado por algumas potencias europeias. Nós temos sido uma nação independente mercê do acordo tacito das naçoens da Europa interessadas na manutenção do statuquo do equilibrio europeio.

Roto o equilibrio, deslocada não se sabe ainda para quem a base da politica internacional europeia, — o que sofreremos nos nossos destinos, ninguem pode dizel-o, mas que alguma coisa vamos soffrer, ninguem pode negal-o.

Fossemos uma nação exemplar — e talvez passassemos incolumes. Mas nação irregularissima como somos, e vivendo sob um regime que tem a antipathia de todo o mundo, — vamos experimentar cruelmente a nossa petulancia e a nossa loucura. Não haverá, talvez, maneira de evitar a pancada. Mas ha, com certeza, modo de a suavisar, de a dulcificar, de a abrandar: restaurando a Monarchia. O inter-parentesco das familias dynasticas, as suas relaçoens de amisade muito podem nestas circunstancias, quando, de mais a mais, não ha questoens de honra irreductiveis a embaraçar a solução dos conflictos.

Uma só ideia deve preoccupar todos os portuguezes: evitar que o estrangeiro interfira nas nossas questoens. Se com a Republica não é possivel evitar-se tal vergonha — restabeleçamos a Monarchia, porque ella, ao menos, pode

garantir-nos o respeito dos de fora, e poupar-nos ao vexame da intervenção alheia.

*

Restauração da Monarchia...

Eu talvez não deva empregar a palavra restauração. Restaurar é restabelecer, é ressuscitar, é trazer de novo para a vida o que já foi, o que já era. E a nação portugueza não pode viver com o que já foi, com o que já era. Mas como se trata de colocar Portugal sob Monarchia, e o que havia Monarchia era — deixemos passar a expressão consagrada.

Restauração da Monarchia — seja.

Imagina, porventura, o leitor, que ao formular a solução monarchica como a unica solução nacional para a crise portugueza, o faço de animo leve e alegremente? Se tal imagina, muito se engana o leitor.

De animo leve e alegremente o faria, se não tivesse assistido ao advento da Republica e a tudo quanto, nos dez annos anteriores, a preparou e concorreo para o seo triumpho. Assim, não. E se não fossem as imperiosas exigencias da situação internacional que nos impõem decisão rapida, eu diria que esperassemos e deixassemos os fructos lentamente cahindo de podres, e a Nação fartamente se saciar de aventuras demagogicas. Porque a nossa independencia está correndo perigo, e porque não ha outro recurso nacional senão o do restabelecimento da Monarchia, eu digo que a restabeleçamos, mas digo-o cheio de aprehensoens, cheio de magoa, cheio de tristeza.

E porquê?

Porque eu gosto de que aquillo que aconselho seja util, eficaz, solido e salutar. Eu quero a Monarchia, mas uma Monarchia que não faça lembrar a Republica, a não ser por contraste. Eu quero uma Monarchia sem vicios liberalistas — focos de anarchia. Quero uma Monarchia sem

parvenus e arrivistas elementos de incompetencias. Quero uma Monarchia bem portugueza e bem tradicional, — condição essencial para a sua estabilidade. Quero uma Monarchia francamente progressiva nas suas intençoens, mas firmemente conservadora nos seos processos. Quero uma Monarchia mais militarisada que apaisanada — para que não se afunde n'um burguezismo plebeo, ridiculo e dissolvente. Quero uma Monarchia com um Rei que reine e governe, que mande e se faça obedecer, a quem os homens de bem tenham respeito, e a quem os aventureiros temam. Não quero o chamado absolutismo miguelista. Mas tambem não quero o constitucionalismo liberalista: nem Edade-Media, nem seculo XVIII. Quero o seculo XX — com as liçoens da Historia, os ensinamentos da Experiencia, as indicaçoens dos Factos.

Quero fugir á instabilidade dos poderes, para que a acção dos governantes seja contínua, homogenea e equilibrada — e porisso eu quero a Monarchia em que o chefe de Estado é permanente e não quero a Parlamentarismo com os poderes que actualmente disfructa, para que o poder executivo não seja o resultante das suas fluctuaçoens.

Quero fugir á anarchia, á indisciplina da Força armada — e porisso quero a Monarchia militarisada que dê prestigio ao Exercito e se apoie na sua força.

Quero fugir á incompetencia — e porisso quero a Monarchia sem arrivistas e parvenus, cercando-se dos melhores, dos mais habeis, categorisando os valorisaveis e afundando os mediocres.

Quero um Rei que reine e governe — porque quero saber quem me dirige, e os povos precisam de quem corporise a Patria, e só lh'a pode corporisar quem legítima o seu poder com a usança dos seculos, com a transmissão automatica pela família, sem a intervenção das paixoens, dos partidos e dos votos. E sobretudo porque está demonstrado que os Reis que reinam mas não governam — afinal de contas se não governam, tambem não reinam.

É possivel uma monarchia assim? A duvida que permanece no meu espírito é a causa da tristeza, das aprehensoens, das magoas a que acima me referi, e que sinto quando formulo a solução monarchica como a unica solução nacional para a crise portugueza.

Eu creio que é possivel. E para que ella seja possivel, basta o esforço harmonico de dois elementos: o Rei e a *élite* dirigente das aspiraçoens monarchicas. Se o Rei e essa *élite* trabalharem nesse sentido — a monarchia como a desejo será um facto.

Outra monarchia é escusado restabelecel-a. Outra monarchia seria a edição monarchica de tudo quanto se tem feito, ha cinco annos para cá; seria nova Republica, com conspiraçoens, sobresaltos, ambiçoens, guerras intestinas, campanhas odiosas, invejas, despeitos — o inferno, e a seguir, nova Republica, acompanhada, então, da liquidação final da nacionalidade.

Uma nova Monarchia, por muito má que seja, ainda se tolera. Outra Republica? Nem fallemos nisso!

Eu não aconselho a situação monarchica, por aconselhar, por mero *sport*, para me dar o prazer de fallar em monarchia. Não! Aconselho-a para que ella salve o Paiz, para que ella civilise a Nação, para que ella descubra a Portugal a sua finalidade legitima, para que ella restitua a Portugal o prestigio que é proprio a quem tem uma vida passada como nós temos, a quem foi, no Passado, o que nós fomos. Aconselho a Monarchia, para que ella seja um regime a quem fiquemos devendo a libertação e a honra. Aconselho-a, para que haja nesta terra o socego que a Republica lhe roubou e não lhe restitue. Aconselho-a, para que as liberdades publicas não sejam uma miseravel ficção e para que a anarchia não seja synonimo de liberdade ou a tyrania seja synonimo de ordem. Aconselho-a, para que se restaurem as forças vivas da nação, esgotadas pela incompetencia dos governantes republicanos, para que se restaure a hierarchia social, para que se faça desta Nação

um corpo organico funcionando, como é preciso que ella seja, e não um cahos fermentando, como ella está sendo. Se a Monarchia que eu aconselho não é possivel, então deixemos estar o que está e esperemos o destino logico das coisas. Os republicanos fizeram a Republica para apearem os monarchicos e subirem elles. Hão-de os monarchicos restaurar a Monarchia para apearem os republicanos e subirem elles?

Em 5 de outubro, o que havia de mao na vida do Estado ficou. Ainda existe. Ha-de restaurar-se a Monarchia, para que fique, permanente, o que ha de mao na Republica? Não pode ser! Isso seria mudar de rotulos. E a mudança de rotulos é brincadeira de creanças ou de ineptos. Não aconselho uma Monarchia republicana. Se só ella é possivel — então deixemos estar o que está, recolhamo-nos ao silencio das nossas casas, á tranquilidade das nossas familias, á conversa dos nossos chás — e á consequencia da nossa inhabilidade.

Eu entendo que é possivel a outra, a Monarchia salvadora, a Monarchia que eu aconselho e que vejo ser a unica solução nacional para a crise portugueza. Basta que o Rei e a *élite* dirigente das aspiraçoens monarchicas se compenetrem das suas respectivas missoens, dando, assim, provas da sua competencia.

O Rei... Mas quem? Pretendente á corôa de Portugal em condiçoens internacionais (que são as basilares, neste momento) e nacionais viaveis, só conheço um: o senhor D. Manoel de Bragança, desthronado em 5 de outubro.

Podem dizer-me que tem defeitos, que tem contras, que tem dificuldades, a candidatura do snr. D. Manoel. Podem encolher-me os hombros, e encherem-se de hesitaçoens e de preocupaçoens e de receios. Não vejo outro.

Tem defeitos? Eu não o conheço, ou conheço-o muito mal para que possa formular sobre a sua capacidade de pretendente um juizo serio, desapaixonado e digno de mim.

Mas quero acreditar que tenha defeitos, mesmo por aquelle motivo vulgar de que não ha ninguem que os não tenha. Pois se tem defeitos, o dever dos monarchicos é não lh'os agravarem, exagerando-lh'os ou propagando-os. O dever dos monarchicos é crearem-lhe um ambiente contrario ao desinvolvimento desses defeitos, cercal-o do maior prestigio, para que só as qualidades avultem, poupal-o á conversa, á critica dos cafés e dos clubs, critica sempre maldoza, sempre desastrada. Foi trazendo os defeitos do Rei para a praça publica, exagerando-os, avolumando-os, que os monarchicos e os republicanos armaram os braços do Buissa e de Costa, e os levaram aos assassinatos do Terreiro do Paço.

Tive, ha annos, por professora de inglez, uma rapariga muito esperta e muito viva, educada na Belgica, mas ingleza de nascimento. Tinha ella na sua sala, entre varios retratos de pessoas de familia e homens celebres, o retrato de Jorge v, seo Rei. Um dia, gracejando, comecei fazendo *blague* innocente sobre os diversos retratados. Miss X ria, mesmo quando eu ria dos parentes. Mas ao pegar no retrato de Jorge v, ella, delicadamente, tirou-m'o das mãos, e disse-me: « esse não! É o Rei! »

Aquella rapariga ingleza que me ensinava inglez, deo-me um dia, uma alta lição de politica.

Não ha Deuses nem ha Herois, quando a gente raspa, com o dedo, o verniz da sua divindade e da sua heroicidade. Todos os deuses e todos os herois são susceptiveis de fragilidades. Pelo que a melhor maneira de conservar os deuses e os herois na plena força do seo prestigio, é mantel-os a distancia. Não ha mulher bella que posta em cima da pedra de um theatro anatomico, não revele defeitos.

Á distancia, é que certas creaturas devem viver sempre.

O Senhor D. Manoel de Bragança tem defeitos? Sejam os monarchicos bastante francos para lh'os dizerem

na sua frente, bastante leais para lh'os não publicarem na sua ausencia. Eu fallo assim, porque fui sempre assim. Tive, até hoje, um unico chefe politico: o snr. Antonio José d'Almeida. Na sua presença, fui sempre franco. Na sua ausencia, nunca fui desleal. Porisso fallando aos monarchicos no theor que estou usando, não inovo doutrina.

Todos os defeitos que oiço atribuir ao Senhor D. Manoel são devidos, mais ás circunstancias que cercaram a sua vida, que propriamente a deficiencia propria. Parece que toda a gente esquece que elle, moço ainda, vio cahir ao seo lado, o pae e o irmão. Eu tinha 12 annos quando meu pae morreo. Já lá vão vinte annos. Pois ainda hoje o vejo no leito da morte, tão nitidamente e tão detalhadamente, como nessa tarde de angustia. Por aqui avalio a impressão com que se ficará, sentindo-se a gente assaltada, e quasi sem se poder defender, e vendo, ao fim de segundos de loucura, cahirem, o Pai e o Irmão, varados pelas balas! Dois annos reinando num barco sem leme, no meio da tempestade, o coração em luto, em sobresalto, o espectaculo do Pai e do Irmão, varados, permanentemente nos olhos. Ao fim de dois annos — a derrota, a fuga, o exilio... Isto impressiona, isto abala!

E quem me diz que os defeitos que lhe encontram se não neutralisam, se não corrigem, no proprio exercicio de reinante, se a sua *entourage* palaciana e politica se dispuzer a ser, acima de tudo, verdadeira e desinteressadamente amante da sua Patria e do seo Rei? Quem me diz que esses defeitos se não dissolvem — se quem o cercar e com elle conviver, não deixar que as intrigas o embaracem, os despeitos o enfadem, as ambiçoens o irritem, a trica politica o não deprima?

Terá todos os defeitos que lhe atribuem. Mas tem uma qualidade que é superior a todos esses defeitos: é portuguez, nascido em Portugal, com relaçoens em Portugal, e já foi rei de Portugal. É a continuidade, é o reatamento da

tradicção dynastica em que vinhamos. E isto parecendo que não é nada, é muito.

Nunca tendo sido, como toda a gente sabe, das relaçoens do snr. D. Manoel, e, evidentemente, nunca podendo vir a sel-o, estou á vontade no que digo, porque ninguem pode atribuir estas palavras a sympathia pessoal. E portanto tambem se não pode supôr que elle seja porisso o meo candidato. Começa porque eu entendo que o snr. D. Manoel não deve vir como candidato, seja de um grupo de homens, seja de um partido: deve vir como candidato da nação, legitimado por aquillo a que Renan chamaria o *facto historico*. O snr. D. Manoel não é Rei, porque me agrada a mim, ou agrada a um grupo ou a um partido: o snr. D. Manoel é Rei, *porque é*. Doutro modo, não vem como rei, vem como uma especie de presidente de uma nova especie de republica. Quando Renan (*ob. cit*, 75) diz que «o rei não é uma emanação da nação; o rei e a nação são duas coisas; o rei está fora da nação», Renan diz muito bem e formula admiravelmente a legitima theoria monarchica. O Rei é anterior á Nação. Ainda não havia nação portugueza, e já tinhamos reis. A sua acção convergente creou as condiçoens geradoras da nacionalidade. Somos nação, quando temos tradicção, quando temos Passado, quando temos Historia. Á nossa tradicção, ao nosso passado, á nossa Historia estão intimamente ligados os nossos reis, desde Affonso Henriques, o pratico, o positivo, o político, até D. Sebastião, o ingenuo, o idealista, o sonhador. A entidade Rei permanece sobre todas as fluctuaçoens, as indecisoens, as aventuras da Nação. Quebra-se em 1580, a continuidade do poder real, reata-se em 1640. Para que ella se não quebre de novo, D. João VI parte para o Brazil: fez, *mutatis mutandis*, o que nos nossos tempos, o rei Alberto da Belgica fez. O snr. D. Manoel de Bragança é o Rei que as circunstancias historicas impoem. Não sai do sufragio, nem universal nem restricto. Vindo como meo candidato ou como candidato do meo visinho ou de um parti-

do, chegava com os seos poderes magestaticos diminuidos. Tinha alienado qualquer coisa da sua personalidade. Não pode vir satisfazendo o meo voto, como não pode vir contrariando o voto de outros: deve vir, independentemente dos nossos votos. Não diz: — eu chego e venho, porque os senhores me querem. Não. Só pode e deve dizer: — eu chego e venho porque sou Rei e detenho nas minhas mãos o poder real. E quem é monarchico ou entende que a monarchia é a unica forma politica possivel, dentro das condiçoens gerais do paiz, aceita e não discute. As discussoens só são permitidas áquem da pessoa do Rei.

O snr. D. Manoel é o Rei legítimo (1).

---

(1) Não ressuscitemos a questão da legitimidade dynastica, pois, para nós, ella resolve-se contra ambos os pretendentes. D. Pedro IV não podia ser rei de Portugal, porque, alem de ser imperador do Brazil, na sua carta de 15 de julho de 1824, dirigida a D. João VI, expressa e ostensivamente afirma não querer nada de Portugal, estar, como Imperador do Brazil, em guerra com D. João VI, como Rei de Portugal, e não ter pretensão alguma nem direito á corôa de Portugal. Bem sei que ha a carta patente de 13 de maio de 1825, em que D. João VI ressalva a successão de D. Pedro á corôa de Portugal: mas nessa data o Brazil não era nação independente: D. João VI confere ao Reino do Brazil, o titulo de Imperio; toma para si e para os seus successores o título de Imperador do Brazil e Rei de Portugal; separa a administração interna e externa do Brazil da de Portugal; cede a D. Pedro o exercício da soberania no Imperio. Mas não ha ainda independencia plena. E tanto a não ha, que foi preciso o tratado de 29 de Agosto desse mesmo anno em que D. João VI reconhece o Brazil na cathegoria de Imperio independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves, e limita á sua pessoa o título de Imperador, não por sua vontade só, mas por annuencia graciosa (art. II) de D. Pedro. É neste tratado que aparecem, pela primeira vez, de um lado, sua magestade fidelissima, e do outro lado, sua magestade Imperial. A carta de 13 de maio vigora até o tratado de 29 de agosto. Depois, não. A qualidade de extrangeiro de D. Pedro encontra-se taxativamente nos artigos 4, 6, 46, 103, 104, 105, 116, 117, 118 e 119 da Carta Brazileira. Mas D. Miguel reconheceo direitos a D. Pedro, na sua Carta de Vienna de 6 de outubro de 1826, chamando-lhe seo legítimo soberano e herdeiro e successor da Corôa, na sua carta de Vienna de 6 de abril desse anno, dirigida á Infanta D. Izabel Maria e na sua carta de Vienna de 12 de maio desse anno, dirigida a D. Pedro. A culpa deste embroglio teve-a D. João VI que no decreto de 6 de março de 1826, quando encarregando a infanta D. Izabel Maria da regencia de Portugal até que o legitimo

Eu não sei o que é soberania nacional. É madama que nunca encontrei. Fala-se-me muito nella, é provavel até que eu proprio me tenha referido a ella, já, algures, mas o certo é que nunca a vi, e ninguem m'a mostra. A soberania nacional é uma ficção. E porisso o poder tem dois fundamentos legítimos: ou o facto historico, nas monarchias, ou a força propria, nas dictaduras. Nas republicas constitucionais, a legitimidade do poder é uma mistificação. Eu só comprehendo o poder do Dictador ou o poder do Rei. O sr. D. Manoel não vem como dictador, mas tambem não pode vir e não vem como delegado de uma imaginaria soberania nacional: vem como Rei. O principio politico inglez — *The king can do no wrong* (o rei não pode errar) é uma maravilha de sabedoria e perspicacia, que muito convinha que todos adoptassem e sentissem firmemente.

Tenho por perigosas, contraproducentes, e dissolventes todas as discussoens que se formularem ou se esboçarem á volta do Rei, da sua legitimidade e de seo poder. Entre a doutrina monarchica e a doutrina republicana ha uma só diferença, mas essa fundamental, basilar: o poder do Rei é hereditario, o poder do Presidente é de origem electiva. Aqui, ha occasião para debates, discussoens, propagandas, candidaturas. Alem, não. O Presidente sai da lucta dos partidos. Vai levado pelos votos de uns contra os votos de outros. O Rei não. O Rei está no poder, pela força da continuidade historica. A familia de que sahio detem uma funcção: a funcção real — superior ás luctas dos homens, independente da instabilidade das opinioens. Dentro do princi-

herdeiro e successor desta Corôa dê as suas providencias, não enunciou esse legítimo herdeiro. É natural que o fizesse propositamente?

Não temos elementos para responder.

A legitimidade que atribuímos ao snr. D. Manoel funda-se não nos acontecimentos a que fazemos referencia nesta nota, mas ao exercicio da soberania real, por si e pelos seus ascentes directos.

pio monarchico, dentro da philosophia monarchica, não sei pensar de outra maneira. Para pensar de outra maneira, então fico claramente no principio republicano. E entendo que os que pensam em fazer do snr. D. Manoel um *delegado*, um representante, melhor procederiam se enfileirassem na republica, onde os seus propositos de discussão ficariam amplamente satisfeitos, e os seos preconceitos, as suas superstiçoens politicas melhor ambiente encontrariam. Repare o leitor que eu não comparo o sr. D. Manoel. Eu não digo que elle é melhor ou peior do que este ou aquelle. Digo que elle é o *unico*. Se elle declarar que não quer reinar em Portugal, então veremos quem é o que, historicamente, usofrue o poder real. Por ora, é elle. E quando lhe digo que deve vir nas condiçoens que aponto, não é que eu queira condicionar imperativamente o exercício das funçoens reais: quero tão só dizer-lhe que só assim as poderá exercer com brilho para a sua causa, e utilidade para a nação. Vindo como eu quero que venha, ou vindo como os metaphisicos politicos desejam — vem sempre legitimamente. Simplesmente, a meo vêr, no segundo caso, vem para ser, pelo menos, inutil, e vem para sahir pouco depois; emquanto que a meo ver, no primeiro caso, vem para ser o que é preciso que seja, e vem para ficar.

Quero que fique bem accentuado que não me movem nas minhas palavras nem sentimentos de sympathia pessoal, nem qualquer sugestão sentimental ou partidaria. Já agora, hei de morrer, por muito tarde que morra, Alfredo Pimenta — apenas. Eu fallo objectivamente, perante os elementos positivos que possuo, e integrado na doutrina monarchica que eu entendo ser a unica capaz de dar a este paiz ainda alguns dias de socego, que é o mais a que elle pode, nesta hora, aspirar.

Eu vejo que é necessario restaurar o regime monarchico, para dar, internamente, estabilidade, homogeneidade, continuidade, ao poder dirigente, e para, externamente, nos garantir, no theatro europeo, pelo menos um lugar na

plateia... E entendo que levantar discussoens, ou dividir opinioens, quanto á pessoa do Monarcha, quando o temos ahi, firme nos seos direitos historicos, sem ter pronunciado uma palavra de abdicação e sem ter praticado actos que o deshonrem e lhe inutilisem, portanto, esses direitos, entendo que levantar discussoens e dividir opinioens sobre esse assumpto, é agravar a crise da ordem e prolongar deploravelmente a existencia da mistificação republicana. Que todos os monarchicos que sejam de espirito reflectido e puramente monarchico se manifestem — chegando todos á conclusão definitiva de que o Rei é um, e só pode ser um: o que detinha o poder quando uma minoria revolta lh'o usurpou. Dizendo hoje que a revolução de outubro não foi uma revolução nacional, não faço mais do que repetir o que sempre tenho dito. Se essa revolução tivesse sabido captar as sympathias nacionais e garantir a ordem publica e assegurar o criterio das competencias e dar prestigio ao paiz perante o extrangeiro, o snr. D. Manoel de Bragança não teria mais que pensar em voltar ao seo throno, porque os seos politicos de tal modo tinham indisposto a opinião publica com a Realeza, que não havia maneira de um reatamento de relaçoens. Mas a revolução de 5 de outubro fez o contrario do que devia fazer. Pelo que a Nação inteira *sente* que o poder republicano é um poder provisorio, é um poder usurpado, e naturalmente destinado a voltar ás mãos do seo legitimo detentor. Comecem os monarchicos a convencer-se disto, e se nos seos sentimentos só ha determinantes patrioticas, e se nas suas aspiraçoens só ha desejos de bem servir a Patria, e se nos seos dissabores só ha magoas pela magoa da Patria — deixem intacto o nome do Rei, juntem-se á volta delle, dispostos a servil-o e não a servirem-se delle, encarem-no, não como objecto de discussão de meza de botequim ou de esquina de rua ou de grupo de ante-camara, mas como ponto de convergencia, elemento de união, symbolo de nacionalidade, resultante da longa tradicção.

*

Mas vinha eu dizendo que ao Rei e á *élite* dirigente cumpria o papel singular de fazerem da nova monarchia uma monarchia nova. Vimos quem é o Rei. Vamos a vêr agora o que se entende por *élite* dirigente.

A *élite* dirigente só pode ser constituida por quem tem responsabilidade mental, isto é, por quem tem categoria para pensar, e dá provas manifestas de que vive pelo que pensa e não pelo que pensam os outros. Não é preciso muita gente; é até bom que não seja muita gente. Mas que essa pouca gente seja boa, competente, calma, e conhecedora dos negocios publicos. Com esses se deve entender o Rei, a esses deve ouvir, a esses deve dizer, com franqueza, o seo pensamento. A essa *élite* cumpre ensinar ás massas monarchicas o que é a monarchia, o que são os principios monarchicos, a necessidade da monarchia — porque monarchico não é todo aquelle que se afirma tal, ou tal se supõe, mas tão só aquelle que sabe sel-o e pode sel-o. Mas o que principalmente lhe compete, aquillo que ella não pode dispensar-se de fazer é arrancar do espírito popular a semente da perversidade politica que as ideias revolucionarias em longos annos lhe lançaram. Libertar a opinião publica dos erros liberalistas, das illuzoens democraticas, das superstiçoens jacobinas, e levar ao espírito nacional a consciencia da oportunidade e da utilidade das doutrinas conservadoras — eis a sua mais alta e mais proficua missão. Levar o povo portuguez a comprehender «che la vera libertà non si deve dire che sia il vivere come l'omo vole, ma il vivere secondo le bone leggi: né meno naturale ed utile e necessario è l'obedire, che si sia il comandare; ed alcune cose sono nate, e cosí distinte ed ordinate da natura al comandare, come alcune altre all' obedire» (B. Castiglione, *ob. cit,* 431); levar o povo portuguez á consciencia da ordem e da hierarchia, — eis a

imprescindivel e urgente missão da *élite* dirigente. O povo portuguez é mais mal educado do que ignorante. Para a inferior e nefasta educação que possue, entendo mesmo que já sabe de mais. O que é preciso é educal-o, civilisal-o, europeisal-o, colocal-o em condiçoens de resistir na lucta pela vida, consagrando-se a ser um povo de trabalho, progressivo no trabalho, adeantado no trabalho, audacioso e corajoso no trabalho... O povo portuguez queima-se, dissolve-se, gasta-se em discussoens estereis, em questoens de lana-caprina, em pequeninos odios, em pequeninos sentimentos de odio, com problemas que não entende e não pode entender. E o desenvolvimento da sua agricultura, o progresso da sua industria, o bom aproveitamento da sua riqueza, a dominação dos seos recursos naturais, — tudo isso que constitue a vida essencial de um povo digno, tudo isso é, entre nós, figura de retorica, porque as preocupaçoens populares estão desviadas da sua verdadeira direcção. Bem sei que as responsabilidades não nos pertencem inteiramente: ellas espalham-se por muitos elementos, desde a influencia das ideas negativas do seculo XVIII trazidas até nós pela maçonaria e o liberalismo constitucionalista, até ás nossas qualidades etnicas, que uma desgraçada mestiçagem caracterisa e ao proprio ambiente social europeo do nosso tempo. Mas tudo isso se corrige — pelo esforço harmonico do Rei e da *élite* dirigente: basta que elle e ella se convençam de que *isto* é assim e de que é preciso contrariar *isto*. Antes que Carlyle nol-o ensinasse, dizia-nos Camoens:

« Que um fraco rei faz fraca a forte gente » (Lusiadas, III, CXXXVIII)

E assim é. Necessario se torna portanto fazer de fraca gente que nós somos, a gente forte que é preciso que sejamos, não para levarmos a cabo grandes emprehendimentos ou heroicas façanhas, mas para vivermos em paz e sermos um povo util. Como estamos, não podemos

viver. Nesta situação em que nos encontramos, em que os republicanos são anarchistas e em que os monarchicos são republicanos, em que anda tudo fora dos eixos e todos fora dos seos lugares, nesta situação é que não podemos continuar. Eu não nego, á raça portugueza, certas qualidades de vigor, mas a falta de uma *élite* competente impede o aproveitamento dessas qualidades. Falta-nos a *élite*. A Republica é inimiga das *élites*, como o tem demonstrado, e só é capaz de uma seleção *à rebours*, como diarimente o tem afirmado. Por todos os motivos, pois, a acção desse grupo de homens que se junte á volta do Rei, é indispensavel. Mas onde estão elles? E existem porventura? Evidentemente que não vou apontar os nomes que, em meu entender, são aproveitaveis para essa funcção directora. Mas reconheço que os ha, e que ha que chamal-os á sua missão. Que o Rei tome a serio o seu papel de reinante, e á sua volta se juntarão esses homens, na cruzada essencialmente patriotica de fortalecer o espirito da ordem — primeiro fim a atingir. Esse espirito tem que permanecer presente, tanto nas camadas populares, como nas classes superiores. Quero dizer que ha que evitar o mal dos politicos profissionaes — elementos de dissolução e perturbação. É isto um sonho? Se todos os homens que não estão contaminados do virus jacobino e exclusivista; se todos os espiritos educados e instruidos, competentes e ponderados que conhecem a historia da nação e não ignoram as dificuldades da hora presente — se todos elles se resolverem a fazer o sacrificio das suas comodidades faceis, tendo alguem que seja o penhor, a garantia, não digo já da eficacia, mas pelo menos do acatamento carinhoso dos seos esforços — talvez que isto que sonho não seja sempre um sonho...

Mas restaurar a Monarchia — como?

Eu não sou agente de conspiraçoens, e não tendo estado, como logo o declarei, na Rotunda, o que parece só a mim aconteceu, nem sendo heroi do 14 de maio nem de factos congeneres, não posso, claramente, expor aqui quaes-

quer esboços de conspiraçoens ou planos de ataques á Republica. Primeiro, porque eu entendo que ou nós todos portuguezes nos libertamos do perigo republicano e restauramos um regime que nos dá garantias de estabilidade de poderes e de prestigio nas chancelarias, e então, a vida talvez que nos sorria ainda, ou deixamos isto andar como anda—e vamos todos para o fundo. Em segundo lugar, porque eu entendo que a restauração monarchica se não deve fazer como se fez a revolução republicana. Repugnam-me as revoluçoens feitas de baixo para cima. Eu só admito as que partem de cima. Não me revolucionem marujos nem soldados, porque isso é fazer anarchia. Revolucionem-me os generaes, os coroneis, os commandantes dos navios.

Revolucionem-me as altas patentes. O resto obedece. O marujo e o soldado vão, obedecendo, não como elementos autonomos e voluntarios. Fazer o contrario é fazer anarchia. Não me revolucionem a população civil, porque fazel-o é trazer o crime á superficie, é cathegorisar o desordeiro e inadaptado. Mas liguem á acção combativa as *élites* da população civil—isto é as Associaçoens commerciaes, industriaes, agricolas, as escolas, as corporaçoens, emfim, representativas de qualquer ramo de actividade nacional. Esta gente não pega em armas, mas faz atmosphera, cria ambiente, faz pressão. A Republica revolucionou o marujo, revolucionou o soldado, armou o popular: fez Anarchia. Hoje, debate-se na Anarchia que creou. Debate-se ella e debate-se o paiz. As tentativas restauracionistas têm agravado essa anarchia, porque têm tambem começado por baixo. O *conspirador* da monarchia corresponde ao *revolucionario civil* da Republica. Ambos são elementos perigosos, porque exageram a sua funcção, e se atribuem qualidades que lhe faltam. Foi-me extremamente sympathico o movimento militar de janeiro deste anno, em virtude do qual o sr. Pimenta de Castro foi ao poder, precisamente porque nelle não entraram os elementos populares do exercito, É assim que eu entendo as revoluçoens. Não ha elementos,

em Portugal, para se fazer uma revolução d'essas? Nas altas camadas militares, não ha a decisão, o patriotismo, a coragem, para um gesto d'esses? Então *finis patriae!* Por outro lado, entendo tambem que o chefe visivel de um movimento dessa natureza, que não é já bem restaurador de um regime, mas sim salvador da nação, só pode ser um: o Rei. Tudo quanto entrar neste movimento, deve fazel-o a titulo de subordinado do Rei, como obedecendo ao Rei, como fazendo a vontade do Rei. Doutro modo, o poder do Rei passa a ser diminuido, porque sempre se lhe poderá dizer que se não fosse fulano ou cicrano — Elle se não sentaria no Throno. Ora é preciso que o Rei não sinta que deve o Throno a este ou aquelle, mas sim unicamente ao seo direito e á sua vontade, para que este ou aquelle não tenham, amanhã, a veleidade de se imporem ao Rei, e enfraquecerem o seo prestigio e a sua magestade.

Portanto, chefes desse movimento não ha. Ha um apenas: o Rei. E abaixo do Rei, colaboradores, categorisados, evidentemente, segundo o seo valor, a sua lealdade e a sua competencia, mas colaboradores sempre subordinados ao Rei. Tenham os senhores presentes os factos da historia constitucional e destes cinco annos de Republica. Reflictam bem nesses factos, e vejam lá se eu não tenho razão, se eu não tenho toda a razão escrevendo as palavras que ahi ficam, e que visam unicamente bem servir o meo Paiz e os principios da ordem, de que andamos tão afastados.

*

Restaurada a monarchia, colocado no Throno portuguez o Rei que a elle ascende, não pelo voto de ninguem ou pelo esforço de ninguem, mas por força do seo direito e da sua vontade, — começa a grande obra, parte da qual a Republica foi chamada a fazer, e não fez. E digo parte, porque a obra que a Monarchia tem de efectuar é constituida não só por aquellas coisas que em 5 de Outubro

havia de realisar, mas tambem por aquellas cuja necessidade se tem sentido de 5 de outubro para cá.

Eu não sou integralista, no sentido de dizer que adhiro ás bases formuladas no n.º 1 da *Nação Portugueza*, porque muitos dos seos principios os defendo desde velha data, nos meos livros e nas minhas conferencias e nos meos artigos. (1) E porque isto é verdade foi que o seo corpo redactorial me convidou, a mim, então republicano, para colaborar na citada revista. E porque alguns pontos ha, se bem que secundarios, em que discordo dessas bases, não posso considerar-me integralista, mesmo noutro sentido. Não fallo, pois, por minha dama... Fallo, porque entendo que não erro. A obra a realisar deve inspirar-se nos principios formulados pelo Integralismo. Esse conjuncto de principios não é uma inovação. E nisso reside a sua principal qualidade. Esse conjuncto de principios é o reatamento de um fio que se partio. Não é tambem o retrocesso: é o reatamento, não esquecendo as liçoens da experiencia, as modificaçoens introduzidas pelos factos.

Nestas condiçoens, entendo que a obra a realisar pela monarchia, o deve ser atravez o critério que presidio á formulação desses princípios. A vida portugueza reduz-se a alguns problemas. O *problema político*, com o Rei no throno: um Parlamento selecionado por competencias e por sufragio restricto, prohibida a publicidade das suas sessoens, e com suas funçoens limitadas á questão tributaria e orçamental, e á apreciação das medidas propostas pelo Poder executivo: um Poder executivo, responsavel perante o Rei, e tendo a funcionar junto de si, commissoens technicas encarregadas da elaboração das leis e reformas; capacidade eleitoral aos 30 annos para eleger, e para ser eleito, aos 35; com isto, o problema político está resolvido, como convem ao momento nacional e social do Paiz.

---

(1) Veja-se em especial o meo livro Politica Portugueza, Coimbra, 1913.

Restam, agora, os outros problemas.

Problema da ordem. É o primeiro a encarar. No estado a que as coisas chegaram, ha que militarisar a nação. Entre nós, não ha o respeito pela auctoridade. Torna-se preciso creal-o. A auctoridade impõe-se pela persuação, aos espiritos educados, pela intimidação, aos espíritos pervertidos. Mas para que ella possa conseguir esse resultado, precisa do apoio maximo, da confiança maxima dos poderes do Estado. Tanto as auctoridades civis como as auctoridades militares só podem cumprir o seu dever, quando não hesitam, nem receiam, nem se acobardam. A polícia não se fez para proteger os delinquentes: fez-se para proteger os homens de bem, e para meter na ordem quem delinquio. Hoje, o paiz está nas mãos dos desordeiros, dos indisciplinados, dos turbulentos. A monarchia deve pensar em arrancar a Nação a essas mãos, e não permitir que ella volte a cahir no seo poder.

Problema religioso. Os interesses de Portugal nas colonias e no oriente asiatico impoem-lhe um entendimento com Roma. O Estado não pode impor aos cidadãos um determinado credo religioso, e porisso a monarchia não voltará ao princípio formulado na antiga Carta Constitucional. Mas o seo indiferentismo não deve ser tal que esqueça os benefícios que de um entendimento com Roma podemos colher, no que diz respeito ás missoens africanas e ao nosso Padroado no Oriente. Esse entendimento com Roma será inspirado pela idea da maxima liberdade da Egreja, sem interferencia do Estado nos seos negocios. O Estado deve manter, perante a Egreja catholica, a atitude que mantem perante qualquer outra corrente religiosa ou qualquer corrente política. Eu não sei o que é *sciencia* do Estado, *arte* do Estado, *philosophia* do Estado. O Estado é constituido pelos poderes constitucionais. Nada tem com a minha consciencia, as minhas sympathias confessionaes, o destino da minha vida moral. Não posso perturbar a ordem publica. É a imposição que o Estado me pode formular. Devo obe-

diencia ás leis que não atingem a minha consciencia. Qualquer acto que o Estado pratique fora deste ambito, é um abuso. Eu não sou catholico? Não frequento a Egreja catholica, nem assisto ás manifestaçoens do seu culto, nem obedeço ás suas prescripçoens. Sou catholico? Que o Estado me garanta plena liberdade de culto, plena liberdade de associação, de congregação, de voto religioso. Do uso que eu fizer desta liberdade, no sentido de alterar a ordem ou de prejudicar a riqueza nacional, assumo a responsabilidade e sujeito-me ás consequencias.

Problema de defeza nacional. A experiencia miliciana falio estrondosamente. Serviço militar obrigatorio, pelo menos com trez annos de permanencia nos quarteis, afim de que se criem authenticos soldados, e não as caricaturas de soldados que temos hoje. Vida de caserna rigida e de disciplína rigorosa. Oficiais prohibidos de funçoens burocraticas fora dos ministerios de Guerra e da Marinha, e do exercício de quaisquer outros misteres civis. Concorrer para que o Exercito de terra e mar constitua uma casta aristocratisada e fechada, em que a Nação possa confiar.

Problema externo. Procurar, por meio de um corpo diplomatico, culto e competente, ressuscitar nas chancelarias a situação qne já tivemos a honra de gozar, não esquecendo que as situaçoens internacionais dependem muito da feição e da orientação que se der ao problema da defeza nacional.

Problema da instrucção publica. Intensificar, de preferencia a alargar, a instrucção. Crear centros de instrucção tecnica e regional, reduzir o numero de lyceus, dificultar o acesso ás profissoens liberais, e estimular as profissoens industriais, commerciais e agricolas.

Problema social. Defender a instituição domestica, revogando a lei do divorcio ou modificando-a de sorte a transformar o divorcio em castigo para o conjuge causador da separação, condicionando-o o mais restrictamente possivel. Deportar para as colonias os vadios e mendigos vá-

lidos, impedindo assim que a Assistencias aos miseraveis seja o estímulo da mendicidade profissional. Concorrer para a creação dos sindicatos operarios de exclusivo caracter economico e profissional.

Os problemas restantes, tais como o do fomento, o financeiro, o colonial, o judicial, etc. são mais problemas de ordem tecnica que propriamente de natureza theorica, isto é, são problemas cuja solução não depende tanto de pontos de vista integrados na obra especial que a Monarchia é chamada a realisar, como das condiçoens do momento e dos factores que entram em jogo na hora propria.

A dictadura monarchica tem que imprimir aos negocios do Estado a orientação indicada nos problemas acima citados.

Tem que imprimir essa orientação, evidentemente, na minha opinião. Não sou infalivel, não sou divino, pelo que as minhas verdades não são absolutas. No entretanto, se me é dado ter a vaidade legitima de me considerar homem de estudo e creatura que tem olhado com olhos de vêr o que se passa neste paiz — tambem me deve ser dado o direito de dizer o que penso. A dictadura não pode ser diferente desta dictadura que annuncio — se quer ser estavel, util e firme. Para ser o contrario do que aponto, mais vale não se ensaiar, mais vale deixar estar o que está. A dictadura da Monarchia tem de ser uma coisa nova — não sendo afinal mais do que a sujeição ás tendencias fundamentais da raça portugueza, e a satisfação normal das suas reais, positivas e legítimas aspiraçoens.

O problema da ordem é o fundamental. Tem a Monarchia que encaral-o muito a serio, e não hesitar na pratica de quaisquer operaçoens de cirurgia social que sejam imprescindiveis para a sanidade do organismo total — afastando os elementos insociaveis o tempo que fôr preciso. Não ignoro a complexidade e a dificuldade do problema da

ordem, não só pelo que diz respeito ao seo ambito e aos seos multiplos aspectos, mas tambem pelo que se refere aos cooperadores da sua solução. Mas a Monarchia não vem para afastar problemas ou para protelar a sua solução. A Monarchia vem para os encarar de frente e para resolvel-os. De resto a dificuldade da resolução do problema da ordem não se estende, por ora, felizmente, a todo o paiz. Localisa-se ou trez ou quatro cidades, e a dictadura da Monarchia terá que centralisar as suas atençoens, e fazer convergir para essas trez ou quatro cidades os recursos que as condiçoens da occasião lhe indicarem como necessarios e eficazes. E atingida a situação da ordem, ha que a manter e garantir sem complacencias, sem transigencias, sem descuidos, porque a Nação anda ha uma porção de annos a soffrer as consequencias de uma lassidão que chegou a tornar-se systema, quebrado, aqui e alem, por ligeiros periodos de violencia que tinha o defeito de ter inoportuna ou inhabil.

*

É preciso evitar-se o equivoco democratico de atribuir á maioria o direito de governar, e de, portanto, afirmar que a Monarchia ha-de vir, porque a maioria do Paiz a quer. Não estejamos com sophismas, nem com mentiras. A maioria do Paiz é indiferente á politica do regime. A maioria do Paiz quer ordem para trabalhar, quer trabalhar para enriquecer. Não são as maiorias quem governa. São as minorias. As maiorias trabalham; as minorias imprimem feição ou orientação aos problemas do Estado. Não é pelo facto de estar em maioria ou em minoria que esse Regime é estavel ou não. A estabilidade, a legitimidade de um regime fundamenta-se na sua necessidade. Regime legitimo é o regime necessario. A Republica é um regimen ilegitimo porque se tornou nocivo — desde a sua primeira hora, e não houve maneira de vingarem os esfor-

ços dos que quizeram transformal-a em regime necessario. São as minorias politicas quem governa. E quanto mais reduzidas ellas forem, mais sobem em competencia, e mais ganha o Paiz. Não nos deixamos deslumbrar pelo poder abstracto e imaginario do voto. A origem do direito é o facto.

Uma determinada minoria apodera-se do poder, constitue um regime necessario — encontrou o fundamento normal da sua existencia.

Na evolução historica dos poderes, lá encontramos, na sua origem, o facto. Afirmar que a maioria do Paiz é monarchica é cahir no absurdo democratico. Nem monarchica, nem republicana: é conservadora, isto é, fiel á ordem tradicionalista, positiva e utilitaria. A dirijil-a anda a minoria politica — neste momento, a minoria demagogica. Porque esta minoria a perturba, a prejudica, a embaraça, a irrita, a ofende, a maioria anceia por alguem que a tranquilise, a favoreça, a liberte, a acalme e a respeite. Nós sentimos que a Monarchia, restabelecendo-se em Portugal, encontra a sympathia da maioria da Nação, porque lhe dá esperanças de, pelo menos, tendo aprendido, na adversidade, a soffrer, procurar cicatrisar as feridas que a Republica fez. São as minorias quem governa. Mas ellas diferençam-se pelos elementos que as constituem. A minoria demagogica é o cisco da população. E não emprego esta expressão num sentido achincalhante ou desprezivo, mas sim no intuito de afirmar que a constitue tudo o que ha de menos valorisavel em qualquer dos ramos da actividade nacional. Os melhores espiritos republicanos afastaram-se, e não os vemos nem no Parlamento, nem nos ministerios, nem nas altas funçoens politicas. O que ficou foi o anonimo, o zero. Um paiz não se governa com um *élite* de anonimos, nem um regime subsiste sustentado por uma aristocracia de zeros. Em ultima analyse, o Poder está vago, não sendo de extranhar que, de um momento para o outro, a gente veja o Terreiro do Paço com escriptos...

A minoria monarchica tem pois que preparar-se para tomar conta dos destinos do Paiz. Precisa de se organisar, para que a sua acção não resulte um esteril conjuncto de actos anarchicos. Nessa minoria encontramos belos espíritos, indiscutiveis competencias a quem o espectaculo que ha cinco annos estamos observando, por certo terá servido de inolvidavel licção, e nella entrarão muitos dos que ainda hoje não têm a coragem da afirmação que eu faço, mas que amanhã não hesitarão em dar o seo esforço e a sua inteligencia para que a obra da Monarchia seja facilmente realisada, se a Monarchia fôr, como é preciso que seja, não a solução partidaria da crise que atravessamos. mas sim a solução inflexivelmente nacional.

Com a mesma sinceridade e altivez que empreguei quando, convencido de que na Republica era possivel encontrar caminho feliz para a minha Patria, dizia aos monarchicos que servissem a Patria, por intermedio da Republica, tambem hoje digo aos republicanos a quem o sectarismo não cega, o odio não perverte, que sirvam a Patria por intermedio da Monarchia, porque por intermedio da Republica a não podem servir, como exuberantemente se tem demonstrado.

Os que hoje estão onde eu estou e os que amanhã hão-de vir constituem a minoria política que ha-de assenhorear-se do governo da Nação, para que esta encontre a felicidade possivel, a felicidade compativel com o seo condicionalismo.

Não é licito a ninguem que encare desinteressadamente os negocios deste Paiz, ter illusoens sobre a utilidade ou prejuizo da persistencia das instituiçoens republicanas. Todos sentem que *isto* deo de si. Mas é preciso que em todos haja o patriotismo bastante para que não encarem a frio a advento de uma solução externa de crise portugueza. Dizer que a existencia da nação está ligada á existencia do regimen vigente, é mentir. Dizer que o regime vigente tem correspondido ás aspiraçoens nacionaes e sa-

tisfeito os altos e sagrados interesses da Patria, é mentir. Dizer que o regime vigente se tem imposto, ou tem tentado impôr-se pela compostura das suas maneiras e pela moralidade das suas intençoens, é mentir. Sejam todos, pois, suficientemente, patriotas para afirmarem publicamente que se a Republica morre, não deve morrer com ella a Nação.

Rétablissons la Royauté—dizia Renan aos francezes, em horas bem menos criticas e bem menos graves do que aquellas que estamos atravessando e do que aquellas que nos esperam a nós, portuguezes.

É o mesmo grito angustiado que eu dou:—restabeleçamos a monarchia, e concorramos todos para o seo maximo prestigiamento, a fim de que ella efective o que a Republica não sabe realisar: Garantir a independencia da nação.

Porque só hoje digo isto? Porque eu fallo, não quando me pedem ou quando convenha aos meus interesses particulares, mas sim quando entendo que devo fallar. Perante a minha consciencia, chegou a hora. Fallo sem precipitaçoens e sem hesitaçoens. Nem me deslumbram sonhos ambiciosos, nem me embaraçam receios infantis. Apenas me acarinha, me afaga e acalenta a consciencia do dever cumprido. Não têm os monarchicos que me receiar—porque eu não aspiro a deslocar ninguem, não venho fazer concorrencia a ninguem, não venho fazer sombra a ninguem, certo como é que nunca tive outras aspiraçoens que não fossem as de trabalhar para viver, e as de deixar o meo nome ligado a uma porção de verdade ou a uma parcella de Belleza. Não têm os republicanos que me temer por outro motivo que não seja o de combater a sua mentira que reputo fundamentalmente prejudicial á integridade e á independencia da Nação. O meu proposito é fazer uma afirmação, dar um exemplo de coragem, e mostrar que bem pouco mudei—se é que mudei, pois que quem me conhece e leo estas paginas, vê que desejo vêr realisar, na Monarchia, o que na Republica não foi possivel efe-

ctuar. Mas nesse pouco, fil-o de olhos bem abertos, pensando bem, não em mim, mas no meu Paiz. Eu não podia limitar o meo gesto á publicação de duas linhas num jornal. Eu queria, perante a opinião publica, fundamentar o meo voto. Elle ahi está fundamentado.

E perante os argumentos invocados, exposta a questão como o fiz, afirmada como ficou a orientação que deve tomar a solução monarchica, para ser viavel, estavel e util, aquelles que em alguma conta tiveram sempre o meo espirito e a honradez das minhas convicçoens, só têm um caminho a seguir: — pela Monarchia, para bem de Portugal!

N. B. O opusculo anterior devia ter aparecido á venda no dia 25 de outubro. Por motivos absolutamente extranhos á minha vontade, só apareceo muito mais tarde.

Opusculos publicados:

A Questão Politica.

A Eleição do Presidente.

Carta a um monarchico.

A solução monarchica.

A publicar:

Carta ao Senhor Dom Manoel de B
gança.

O governo Pimenta de Castro,

O Problema Religioso.

O Problema da Guerra.

Carta a um revolucionario civil.

A missão da geração nova.

Preço de cada opusc
cem reis